

VDB F3 Geração de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2021
e 2020 e relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da
VDB F3 Geração de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da VDB F3 Geração de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da VDB F3 Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto

Captialização de imobilizado

Veja as Notas 3.6 e 8 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui imobilizado líquido consolidado no montante de R\$ 596.211.368. A Companhia realiza investimentos relevantes na construção de seus parques eólicos e, por isso, o imobilizado é a principal rubrica das demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>A definição de quais custos são elegíveis para capitalização depende de avaliação feita pela Administração em relação à natureza dos custos, principalmente ao fato de estarem associados à construção do ativo qualificável.</p> <p>Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização, o qual leva em consideração a natureza dos gastos, o volume de transações de capitalização, bem como a relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria para endereçar esse principal assunto de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li data-bbox="831 506 1382 792">(i) Realização de teste, com base em amostragem, dos lançamentos registrados como adições ao imobilizado no exercício corrente, confrontando os itens selecionados com a evidência documental pertinente inspecionando a elegibilidade da natureza do gasto como custo diretamente atribuível à construção;<li data-bbox="831 808 1382 1032">(ii) Obtenção da base de custos incorridos com a construção dos ativos imobilizados no exercício corrente e, com base na descrição dos itens, avaliamos a elegibilidade dos mesmos como custos diretamente atribuíveis à construção;<li data-bbox="831 1048 1382 1137">(iii) Por fim, avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o saldo do imobilizado é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação

adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Hugo Hermes Blezer
Contador CRC RJ-109093/O-5

VDB F3 Geração de Energia S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.663	21.100	7.910.252	92.636
Títulos e valores mobiliários	5	130.162.774	728.800	163.978.449	66.844.758
Contas a receber	6	-	-	1.412.946	-
Adiantamentos a fornecedores		-	-	71.238	2.188
Despesas antecipadas		1.759	598	1.759	598
Depósito judiciais		-	-	-	3.031
Impostos a recuperar		750.187	3.670	969.104	196.685
		<u>130.930.383</u>	<u>754.168</u>	<u>174.343.478</u>	<u>67.139.896</u>
Não circulante					
Depósito judiciais		-	-	3.031	-
Empréstimos – partes relacionadas	20	78.446.167	74.092.667	-	-
Investimentos em sociedades controladas	7	208.458.485	124.372.036	-	-
Imobilizado	8	1.345	-	596.211.368	164.629.900
Intangíveis	9	-	-	91.096	91.096
Direito de uso de arrendamento		-	-	13.714.309	13.127.792
		<u>286.905.997</u>	<u>198.464.703</u>	<u>610.019.804</u>	<u>177.848.788</u>
Total de ativos		<u>417.836.380</u>	<u>199.218.871</u>	<u>784.363.282</u>	<u>244.988.684</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Contas a pagar	11	113.094	49.505	17.628.985	17.241.521
Tributos a recolher	10	72.495	19.040	176.024	446.312
Adiantamentos de clientes		-	-	86.945	-
Debêntures a pagar	13	78.760.659	-	78.760.659	-
Arrendamentos mercantil		-	-	1.139.964	1.973.381
Provisão para IRPJ e CSLL correntes	18	-	-	526.094	-
		<u>78.946.248</u>	<u>68.545</u>	<u>98.318.671</u>	<u>19.661.214</u>
Não circulante					
Contas a pagar – partes relacionadas	20	509	-	32.000.509	14.313.662
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	300.510.896	-
Debêntures a pagar	13	131.179.881	75.070.890	131.179.881	75.070.886
Arrendamentos mercantil		-	-	14.600.065	11.863.486
Provisão para IRPJ e CSLL diferidos		-	-	43.518	-
		<u>131.180.390</u>	<u>75.070.890</u>	<u>478.334.869</u>	<u>101.248.034</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	14.1	213.816.700	67.416.700	213.816.700	67.416.700

VDB F3 Geração de Energia S.A.

Adiantamento para futuro aumento de capital	14.2	-	61.800.000	-	61.800.000
Prejuízos acumulados		(6.106.958)	(5.137.264)	(6.106.958)	(5.137.264)
Total do patrimônio líquido		<u>207.709.742</u>	<u>124.079.436</u>	<u>207.709.742</u>	<u>124.079.436</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>417.836.380</u>	<u>199.218.871</u>	<u>784.363.282</u>	<u>244.988.684</u>

VDB F3 Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas e custos operacionais					
Receita líquida de vendas	15	-	-	1.069.574	-
Custos das vendas	16	-	-	(343.821)	-
Lucro bruto		-	-	725.753	-
Despesas administrativas	17	(890.083)	(263.147)	(1.620.038)	(1.386.177)
Participação nos lucros de controladas	7	(8.551)	(1.123.030)	-	-
Outras receitas operacionais	17	-	157	29.033	157
Prejuízo operacional		(898.634)	(1.386.020)	(865.252)	(1.386.020)
Despesas financeiras	18	(5.529.511)	(1.305.545)	(5.529.511)	(1.471.825)
Receitas financeiras	18	5.458.451	130.724	5.458.451	297.004
Resultado financeiro		(71.060)	(1.174.821)	(71.060)	(1.174.821)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(969.694)	(2.560.841)	(936.312)	(2.560.841)
IRPJ e CSLL - diferido	19	-	-	(33.382)	-
Prejuízo do exercício		(969.694)	(2.560.841)	(969.694)	(2.560.841)

VDB F3 Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	(969.694)	(2.560.841)	(969.694)	(2.560.841)
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(969.694)	(2.560.841)	(969.694)	(2.560.841)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VDB F3 Geração de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2020	1.100	-	(2.576.423)	(2.575.324)
Subscrição de capital (Nota 14.1)	67.415.600	-	-	67.415.600
Aporte de capital (Nota 14.2)	-	61.800.000	-	61.800.000
Prejuízo do exercício	-	-	(2.560.841)	(2.560.841)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	67.416.700	61.800.000	(5.137.264)	124.079.436
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 14.2)	-	15.600.000	-	15.600.000
Aumento de capital (Nota 14.1)	146.400.000	(77.400.000)	-	69.000.000
Prejuízo do exercício	-	-	(969.694)	(969.694)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	213.816.700	-	(6.106.958)	207.709.742

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VDB F3 Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(969.694)	(2.560.841)	(969.694)	(2.560.841)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:				
Provisão de juros sobre empréstimos	-	70.890	-	-
Provisão de juros sobre debêntures	4.869.650	-	4.869.650	70.890
Provisão de juros - partes relacionadas	-	819.994	-	1.078.115
Juros sobre arrendamentos	-	-	-	709.073
Juros capitalizados	-	-	-	(904.835)
Rendimento de mútuo com partes relacionadas	(4.453.500)	(92.667)	-	-
Rendimento de títulos e valores mobiliários	(1.004.951)	-	(3.377.967)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	33.382	-
Resultado de equivalência patrimonial	8.551	1.123.030	-	-
	(1.549.944)	(639.594)	555.371	(1.607.598)
Variações dos ativos e passivos operacionais				
Aplicações financeiras	-	(728.800)	-	(66.480.126)
Contas a receber de clientes	-	-	(1.412.946)	-
Adiantamentos	-	1.476	(69.050)	(712)
Despesas antecipadas	(1.160)	(598)	(1.160)	(598)
Tributos a recuperar	(746.521)	(3.662)	(772.421)	(193.723)
Depósitos e cauções	-	-	-	(3.031)
Tributos a recolher	53.457	18.752	(270.287)	432.534
Contas a pagar	63.594	44.027	585.281	33.499.121
Contas a pagar - partes relacionadas	505	-	17.686.847	11.050.031
Outros passivos	-	-	86.945	-
	(630.125)	59.995	15.833.209	44.783.622
Caixa gerado pelas operações				
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.932.545)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(2.180.069)	(579.599)	13.456.035	43.176.024
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Pagamentos na aquisição de imobilizado	(1.345)	-	(418.218.273)	(150.162.143)
Pagamentos na aquisição de intangível	-	-	-	(53.323)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	-	(74.000.000)	-	-
Aporte de capital nas investidas	(84.095.000)	(100.344.633)	-	-
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(130.288.582)	-	(453.265.816)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	1.859.559	-	359.510.362	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(212.525.368)	(175.073.433)	(511.973.727)	(216.695.592)

VDB F3 Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aporte de capital	69.000.000	67.415.600	69.000.000	67.415.600
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.600.000	61.800.000	15.600.000	61.800.000
Captação de debêntures	130.000.000	75.000.000	130.000.000	75.000.000
Empréstimos obtidos	-	-	286.395.910	-
Empréstimos obtidos de partes relacionadas	-	10.191	-	1.151.610
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	-	(26.453.106)	-	(29.273.704)
Pagamento juros sobre empréstimos - partes relacionadas	-	(2.108.847)	-	(2.575.597)
Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas - principal	100.000	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	5.339.398	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	214.700.000	175.663.838	506.335.308	173.517.909
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(5.437)	10.806	7.817.616	(1.659)
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	21.100	10.294	92.636	94.295
No final do exercício	15.663	21.100	7.910.252	92.636
	(5.437)	10.806	7.817.616	(1.659)
Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa				
Resultado financeiro capitalizado:				
Provisão de juros sobre empréstimos	-	-	14.114.986	-
Provisão de juros - partes relacionadas	-	-	-	-
Juros sobre arrendamentos	-	-	1.316.647	-
Outras transações:				
Aumento de capital através da conversão de adiantamentos	(77.400.000)	-	(77.400.000)	-
Provisão para IRPJ e CSLL correntes (custo imobilizado)	-	-	3.458.639	-
Provisão para IRPJ e CSLL diferido (custo imobilizado)	-	-	10.136	-
CPC 06 - Reconhecimento do direito de uso e passivo de arrendamento	-	-	586.518	-
Baixa de adiantamento - Capex	-	-	197.815	16.310.504

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais - R\$)

1 Contexto operacional

A VDB F3 Geração de Energia S.A. (“Companhia”) é uma companhia anônima de capital fechado, sediada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na avenida Almirante Barroso, nº52, 18º andar, Centro, e foi constituída em 9 de fevereiro de 2017.

A Companhia tem os propósitos definidos em seu objeto social de participação em outras companhias como acionista e/ou cotista e a produção de energia elétrica de origem e natureza renovável.

A Companhia em função de ser holding, tem controladas em fase pré-operacional e por conta da necessidade de caixa, realizou transações de financiamento ao longo de 2021. Os investidores da Companhia garantem a injeção de capital para a manutenção de suas atividades e liquidação de suas obrigações pelo período mínimo de 12 meses, o que culminou inclusive, na manutenção de transações de financiamento com partes relacionadas do Grupo.

O projeto está atualmente em fase conclusiva da construção. As SPEs Parque Eólico Ventos da Bahia XIII e Parque Eólico Ventos da Bahia XIV receberam o despacho de entrada em operação comercial para parte de suas turbinas em dezembro de 2021 enquanto as demais encontram-se em fase de testes. A previsão para todos os parques estarem em plena operação comercial é abril de 2022.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar com todos os compromissos assumidos com a ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

1.1 Efeitos da pandemia (“COVID-19”)

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia, que provocou impactos na saúde pública e na economia do Brasil e de diversos países, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar impactos à saúde e segurança dos empregados, familiares, parceiros e comunidades, bem como à continuidade de todas suas operações. Essas medidas estão em conformidade com as leis vigentes neste país e seus regulamentos internos.

A extensão dos impactos do COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais restrições impostas por governos e outros possíveis desdobramentos nos Estados em que a Companhia atua. A Companhia avalia e implementa constantemente planos de ação em conjunto com clientes, fornecedores e outros stakeholders envolvidos, de acordo com o cenário vigente e as melhores projeções possíveis.

As incertezas sobre o setor elétrico foram mitigadas pelo governo através do o Decreto nº 10350/2020 que estabeleceu empréstimo às empresas do setor via Conta-Covid com valor teto de R\$ 16,1 bilhões, esse socorro atendeu as necessidades das distribuidoras de energia evitando eventos atrasos nos pagamentos motivados por inadimplência do consumidor final de energia.

Até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia não identificou impactos relevantes a serem divulgados e não possuem visibilidade de impactos ou

indícios contábeis decorrentes da pandemia causada pelo COVID-19 que impliquem em mudanças nas políticas contábeis, nas principais estimativas estabelecidas e nos julgamentos contábeis críticos acima mencionados. A Companhia está constantemente monitorando o desdobramento do tema e desde já preparados para responder de forma rápida a qualquer tipo de externalidade.

1.2 Estrutura e autorizações dos projetos

a. *Ventos da Bahia Fase III*

A terceira fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Fase III, está localizada nos municípios de Mulungu do Morro, Souto Soares e Iraquara - BA (região da Chapada Diamantina) e a autorização para exploração foi adquirida no leilão de energia de nova (LEN A-6), realizado pela ANEEL em Agosto de 2019. Foram vendidos em leilão 41 MW médio de garantia física.

Após o êxito, nesse leilão, foram constituídas quatro novas companhias Parque Eólico Ventos da Bahia XIII S.A. (“Ventos da Bahia XIII”), Parque Eólico Ventos da Bahia XIV S.A. (“Ventos da Bahia XIV”), Parque Eólico Ventos da Bahia XXIII (“Ventos da Bahia XXIII”) e Parque Eólico Ventos da Bahia XXVII (“Ventos da Bahia XXVII”), que representam os parques eólicos que produzirão os 41 MW contratados.

A Companhia possui contratos no ambiente de contratação livre com compromisso de entrega de energia a partir de 2022, quando está prevista a entrada em operação. O contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA), possui compromisso de entrega contratada a partir de 2024, conforme descrição abaixo:

Capacidade Instalada Companhias constituídas	Capacidade
Parque Eólico Ventos da Bahia XIII S.A.	47,7 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia XIV S.A.	31,8 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia XXIII S.A.	47,7 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia XXVII S.A.	47,7 MW
	<hr/>
	174,9 MW

A apuração de energia produzida será mensal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Companhias. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

No dia 23 de janeiro de 2019, as quatro novas companhias obtiveram, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua publicação no D.O., para construção, operação e manutenção das instalações das usinas eólicas.

O início das obras para construção dos parques deu início no primeiro semestre de 2020, com previsão para conclusão e início da operação comercial dos parques eólicos em abril de 2022.

Apresentamos abaixo as principais características técnicas do projeto:

- (i) Linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 13,3 km, conectando a Subestação Elevadora Ventos da Bahia Fase III de 34,5/230kV na Subestação Ventos da Bahia Fase II, tendo como ponto de conexão final a Subestação Morro do Chapéu II;
- (ii) Subestação Morro do Chapéu II em 500/230kV de propriedade da CHESF; e
- (iii) Entradas de linha na Subestação Ventos da Bahia II em 230 kV.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas nas legislações societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota Nota 21.

2.3 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos pelo valor contábil das contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedores, despesas antecipadas, contas a pagar aos fornecedores, adiantamentos de clientes, empréstimos e financiamentos e debêntures, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 21.

2.4 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As práticas e políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

Controladas – exploração de energia eólica:

	Ventos da Bahia XIII	Ventos da Bahia XIV	Ventos da Bahia XXIII	Ventos da Bahia XXVII	Total
Patrimônio da investida	58.239.988	35.232.315	56.571.441	58.414.740	208.458.485
Percentual de investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Saldo do investimento	<u>58.239.988</u>	<u>35.232.315</u>	<u>56.571.441</u>	<u>58.414.740</u>	<u>208.458.485</u>

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira do que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.6 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Os principais julgamentos e estimativas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão contemplados a seguir:

(i) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa

ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 19).

2.7 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia e suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desconhecimento (instrumentos patrimoniais); e

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores, empréstimos – partes relacionadas.

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, adiantamentos de clientes, contas a pagar - partes relacionadas, empréstimos e financiamentos e debêntures a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer

custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimentos e aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

A Companhia também possui investimentos financeiros cujo os resgates são limitados para fins que não sejam relacionados a aqueles que deram origem à obtenção dos recursos.

3.4 Investimento em controladas

O investimento em controladas (Parque Eólico Ventos da Bahia XIII S.A, Parque Eólico Ventos da Bahia XIV S.A, Parque Eólico Ventos da Bahia XXIII S.A e Parque Eólico Ventos da Bahia XVII S.A) são avaliados pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

3.5 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

3.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis compreendem licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários dentre outras autorizações e gastos pertinentes ao projetos eólicos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram identificados ajustes nos valores dos ativos registrados.

3.7 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou indicativo de perdas relacionadas a ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia e suas controladas, não identificaram indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

3.8 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

A Companhia optou por apresentar os juros pagos de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2), item 34A.

Debêntures

Em 10 de dezembro de 2020, a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a

Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.11 Resultados financeiros

As receitas financeiras abrangem rendimentos de títulos e valores mobiliários, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.12 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios, acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. É reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade. Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas ou por estimativa da Administração.

3.13 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro real enquanto as investidas estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(i) Lucro presumido

As Companhias controladas classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

(ii) Lucro real

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido

calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercício, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Na controladora, não houve base tributável que originasse provisão para o imposto de renda e a contribuição social em 31 de dezembro de 2021.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.14 Arrendamentos mercantil

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento mercantil (“arrendamento”). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

3.15 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:

i. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações CPC 25 (IAS 37)	Contratos Onerosos – Custo para Cumprir o Contrato	01/01/2022
Alterações CPC 37, 48 e 06 (IFRS 1, IFRS 9 e IFRS 16)	Melhorias anuais às IFRS Standards – Ciclo 2018-2020	01/01/2022
Alterações CPC 27 (IAS 16)	Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido	01/01/2022
Alterações CPC 15 (IFRS 3)	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações CPC 32 (IAS 12)	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023
Alterações CPC 26 (IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações CPC 50 (IFRS 17)	IFRS 17 Contratos de Seguro	01/01/2023
Alterações CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	A ser definido

Não é esperado pela Administração em sua análise preliminar que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Bancos	15.663	21.100	8.267.982	92.636
	<u>15.663</u>	<u>21.100</u>	<u>8.267.982</u>	<u>92.636</u>

5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Títulos e valores mobiliários	130.162.774	728.800	163.620.449	66.844.758
	<u>130.162.774</u>	<u>728.800</u>	<u>163.620.449</u>	<u>66.844.758</u>

Referem-se substancialmente a cotas de fundo de investimentos, títulos CDB renda fixa e contas garantia, todos vinculados a taxas pós fixadas e com rentabilidade média no ano sobre DI CETIP ("DCI") e 94% (taxa nominal curva). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2021	2020
Contratos de energia de reserva (ACL)	1.118.439	-
Contratos de mercado de curto prazo (CCEE)	294.507	-
	<u>1.412.946</u>	<u>-</u>

A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), referente a entrada em fase de testes das turbinas de suas controladas Parque Eólico Ventos da Bahia XIII e Parque Eólico Ventos da Bahia XIV, a partir de novembro de 2021 e outubro de 2021, respectivamente, com geração de energia no mercado de curto prazo. O contas a receber é garantido pela CCEE e recebido mensalmente na proporção de adimplência do mercado.

Em dezembro de 2021, as referidas controladas tiveram a entrada parcial de suas turbinas em fase de operação comercial quando também atenderam os contratos negociados no ambiente de contratação livre (ACL).

7 Investimentos em sociedades controladas

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas.

a) Movimentação dos investimentos

	Controladora				Total
	Ventos da Bahia XIII	Ventos da Bahia XIV	Ventos da Bahia XXIII	Ventos da Bahia XXVII	
Saldo em 31/12/2019	6.574.169	4.741.818	6.909.063	6.925.383	25.150.433
Aporte de capital	25.882.269	18.540.414	29.656.844	26.265.106	100.344.633
Equivalência patrimonial	(307.239)	(240.219)	(293.855)	(281.717)	(1.123.030)
Saldo em 31/12/2020	32.149.199	23.042.013	36.272.052	32.908.771	124.372.036
Aporte de capital	25.855.000	12.050.000	20.490.000	25.700.000	84.095.000
Equivalência patrimonial	235.789	140.302	(190.611)	(194.031)	(8.551)
Saldo em 31/12/2021	58.239.988	35.232.315	56.571.441	58.414.740	208.458.485

b) Informações das controladas

	2021				Total
	Ventos da Bahia XIII	Ventos da Bahia XIV	Ventos da Bahia XXIII	Ventos da Bahia XXVII	
Ativos circulantes	8.216.926	7.905.851	17.214.358	10.078.168	43.415.303
Ativos não circulantes	166.273.232	117.299.757	165.314.036	161.131.434	610.018.459
Passivos circulantes	14.945.374	10.726.064	10.017.018	15.729.695	51.418.151

VDB F3 Geração de Energia S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020

Passivos não circulantes	101.304.799	79.247.229	115.939.935	97.065.167	393.557.130
Patrimônio líquido	58.239.985	35.232.315	56.571.441	58.414.740	208.458.481
Lucro/(Prejuízo)	235.787	140.303	(190.610)	(194.031)	(8.551)

2020

	Ventos da Bahia XIII	Ventos da Bahia XIV	Ventos da Bahia XXIII	Ventos da Bahia XXVII	Total
Ativos circulantes	16.484.380	16.662.582	22.907.723	16.464.561	72.519.246
Ativos não circulantes	46.878.260	33.419.136	47.553.661	47.878.686	175.729.743
Passivos circulantes	9.412.126	3.076.287	7.740.668	9.530.766	29.759.847
Passivos não circulantes	21.801.315	23.963.418	26.448.664	23.963.418	96.176.815
Patrimônio líquido	32.149.199	23.042.013	36.272.052	32.908.772	124.372.036
Lucro/(Prejuízo)	(307.239)	(240.218)	(293.854)	(281.717)	(1.123.028)

8 Imobilizado

	Adiantamento para aquisição de ativos (i)	Instalações em construção	Aerogeradores eólicos (ii)	Juros capitalizados	Consolidado Total
Custo do imobilizado					
Saldo em 01/01/2020	18.309.513	9.509.213	-	2.054.700	29.873.426
Adições	63.252.794	84.104.778	-	3.709.406	151.066.978
Reversão capex	(10.525.140)	(5.785.364)	-	-	(16.310.504)
Saldo em 31/12/2020	71.037.167	87.828.627	-	5.764.106	164.629.900
Adições	340.596.573	71.407.889	-	19.774.821	431.779.283
Reversão capex	-	(197.815)	-	-	(197.815)
Transferências	(29.703.324)	(64.198.601)	93.486.723	415.202	-
Saldo em 31/12/2021	381.930.416	94.840.100	93.486.723	25.954.129	596.211.368

- (i) Os adiantamentos a fornecedores referem-se aos gastos com a implantação do projeto Ventos III. No consolidado, os valores foram classificados dentro da rubrica de imobilizado em função de representarem adiantamentos para aquisição das SPEs, onde ocorrerá a construção do ativo qualificável, que é responsável por gerar benefícios econômicos futuros à Companhia.
- (ii) Refere-se aos aerogeradores eólicos do Parque Eólico Ventos da Bahia XIII e do Parque Eólico Ventos da Bahia XIV, que tiveram entrada parcial em operação em dezembro de 2021.

9 Intangível

	Gastos com projetos eólicos (i)	Consolidado Total
Custo do intangível		

VDB F3 Geração de Energia S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020

Saldo em 01/01/2020	37.773	37.773
Adições	53.323	53.323
Saldo em 31/12/2020	91.096	91.096
Saldo em 31/12/2021	91.096	91.096

- (i) Os ativos intangíveis compreendem licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários dentre outras autorizações e gastos pertinentes ao projetos eólicos.

10 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRPJ e CSLL	-	-	-	-
PIS sobre faturamento	8.744	851	17.928	851
COFINS sobre faturamento	53.770	5.223	96.158	5.223
Tributos retidos na fonte	9.981	12.966	61.863	440.238
Outros	-	-	75	-
	<u>72.495</u>	<u>19.040</u>	<u>176.024</u>	<u>446.312</u>

Os tributos acima demonstrados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício demonstrado acima.

11 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Serviços prestados	113.094	49.505	369.577	1.324.156
Aquisição de materiais	-	-	2.821	-
Aquisição de imobilizado	-	-	16.755.901	15.750.650
Serviços de manutenção	-	-	114.395	126.040
MCP a pagar	-	-	343.821	-
Outras aquisições	-	-	42.470	40.675
	<u>113.094</u>	<u>49.505</u>	<u>17.628.985</u>	<u>17.241.521</u>

- (i) Refere-se a aquisição para construção dos parques eólicos, onde o maior custo são inerentes a construção das turbinas.

12 Empréstimos e financiamentos

Em 29 de abril de 2020, as Companhias controladas firmaram contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 420.337.177,65. A liberação do empréstimo em questão teve início ao longo do exercício de 2021, tendo ocorrido a liberação total até 31 de dezembro de 2021 em um montante total de R\$ 286.395.910.

O objetivo desta captação foi para implantação (construção) do parque eólico.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA (10,06% em 2021) mais juros de 1,60% a.a., com

exigibilidade mensal após o término do período de carência em 15 de junho de 2023. O valor do principal será amortizado em 252 prestações mensais. Abaixo, apresentamos as principais características:

a) Linha de crédito

	Moeda	Encargos anuais	Taxa	Vencimentos	2021	2020
Principal BNB PROINFRA	R\$	IPCA+1,60%	11,66%	2023 a 2044	286.395.910	-
Juros		-	-	-	14.114.986	-
					<u>300.510.896</u>	<u>-</u>
Passivo circulante					-	-
Passivo não circulante					300.510.896	-

b) Movimentação dos empréstimos

Saldo em 01/01/2020	-
Saldo em 31/12/2020	-
(+) Aquisição principal	286.395.910
(+) Juros apropriados	<u>14.114.986</u>
Saldo em 31/12/2021	<u>300.510.896</u>

Covenants

Não há, no contrato de financiamento, covenants financeiros para vencimento antecipado.

Garantias

O empréstimo conta com fiança bancária emitidas pelos bancos BNP Paribas e Santander.

13 Debêntures a pagar

Em 10 de dezembro de 2020, a sociedade realizou a emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e em série única. Foram emitidas 75.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$1.000, sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 16 de dezembro de 2020.

O objetivo desta captação foi para implantação (construção) do parque eólico.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem CDI (4,43% em 2021) mais juros de 0,50% a.a.. O pagamento do juros e do principal das debêntures deverão ocorrer no vencimento programado para o dia 10 de dezembro de 2022.

Em 21 de outubro de 2021, a sociedade realizou a segunda emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e em série única.

Foram emitidas 130.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$1.000, sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 29 de novembro de 2021. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem CDI (4,43% em 2021) mais juros de 1,20% a.a.. O pagamento do juros e principal estão programados para ocorrer nas datas de 12 de dezembro de 2022 e 21 de outubro

de 2023.

a) Emissão das debêntures

	Moeda	Encargos anuais	Taxa	Vencimentos	Controladora e consolidado	
					2021	2020
Debêntures 1ª emissão - principal	R\$	CDI + 0,50%	4,93%	2022	75.000.000	75.000.000
Debêntures 2ª emissão - principal	R\$	CDI + 1,20%	5,63%	2023	130.000.000	-
Debêntures - juros		-	-	-	4.940.540	70.890
					<u>209.940.540</u>	<u>75.070.890</u>
Passivo circulante					78.760.659	-
Passivo não circulante					131.179.881	75.070.890

b) Movimentação das debêntures

Saldo em 01/01/2020	-
(+) Aquisição principal	75.000.000
(+) Juros apropriados	70.890
Saldo em 31/12/2020	75.070.890
(+) Aquisição principal	130.000.000
(+) Juros apropriados	4.869.650
Saldo em 31/12/2021	<u>209.940.540</u>

Garantias

As debêntures contam com garantia fidejussória da EDF Renewelables S.A., controladora indireta da Companhia.

Covenants

O instrumento não contempla os covenants financeiros para vencimento antecipado.

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social no valor de R\$ 210.066.700 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 67.416.700 em 31 de dezembro de 2020), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, encontra-se dividido em 210.066.700 ações ordinárias (67.416.700 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020), nominativas e sem valor nominal.

	%	2021	2020
Acionistas	Participação		
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	100%	210.066.700	67.416.700

Em 14 de julho de 2021 foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 142.650.000 (cento e quarenta e dois milhões e seiscentos e cinquenta mil reais) mediante emissão de 142.650.000 novas ações representativas do capital social da Companhia, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real cada).

14.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

O propósito dos adiantamentos é aumentar o capital da entidade ao longo do exercício, mediante alteração contratual aprovada em assembleia por Deliberação da Diretoria.

Os adiantamentos para aumento de capital são irreversíveis e irrevogáveis e portanto não são passíveis de devolução. Em 31 de dezembro de 2021 não há saldo de adiantamento (R\$ 61.800.000 em 31 de dezembro de 2020).

15 Receita de vendas

As SPEs Parque Eólico Ventos da Bahia XIII e Parque Eólico Ventos da Bahia XIV iniciaram a partir de novembro de 2021 e outubro de 2021, respectivamente, a fase de testes de suas turbinas assim disponibilizando na rede de energia sua geração com alocação no mercado de curto prazo.

No mês de dezembro de 2021 as companhias citadas tiveram a entrada parcial de suas turbinas em fase operação comercial. No resultado, foram registradas as operações de contratos negociados no ambiente de contratação livre (ACL).

	Consolidado	
	2021	2020
Receita bruta de vendas	1.118.670	-
Receita bruta	1.118.670	-
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(8.743)	-
COFINS	(40.353)	-
Total das deduções da receita bruta	(49.096)	-
Receita líquida	1.069.574	-

16 Custos de vendas

	Consolidado	
	2021	2020
Custos operacionais		
Custo com mercado de curto prazo - MCP	(343.821)	-
	(343.821)	-
Total dos custos de vendas	(343.821)	-

17 Despesas administrativas e outras despesas operacionais

17.1 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas administrativas				
Condução e locomoção	(3.102)	-	(3.694)	-
Despesas legais	(247.603)	(12.978)	(300.919)	(24.978)
Seguros	(4.185)	(848)	(4.185)	(848)
Propaganda e publicidade	(19.010)	(24.523)	(19.010)	(24.523)
	(273.900)	(38.349)	(327.808)	(50.349)
Impostos e taxas				
PIS e COFINS	(342.585)	(6.079)	(342.585)	(6.079)
	(342.585)	(6.079)	(342.585)	(6.079)
Despesas com serviços prestados				
Honorários de contadores	(44.203)	(41.984)	(424.554)	(383.164)
Serviços de consultoria	-	(17.076)	-	(17.075)
Honorários de auditores	(30.047)	(58.909)	(78.331)	(110.139)
Honorários de advogados	(153.588)	(100.751)	(401.000)	(819.373)
Outros serviços	(45.760)	-	(45.760)	-
	(273.598)	(218.720)	(949.645)	(1.329.750)
Total das despesas administrativas	(890.083)	(263.147)	(1.620.038)	(1.386.177)

17.2 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outras receitas	-	-	29.033	-
Recuperação de despesas	-	157	-	157
	-	157	29.033	157

18 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Rendimento de títulos e valores mobiliários	1.004.951	38.057	1.004.951	96.701
Rendimentos de mútuos	4.453.500	92.667	4.453.500	92.667
Descontos obtidos	-	-	-	107.636
	5.458.451	130.724	5.458.451	297.004
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos – parte relacionada	-	(1.003.500)	-	(1.170.781)
Juros de empréstimos	(4.869.650)	(70.890)	(4.869.650)	(99.361)
Juros sobre outras operações	(6.631)	-	(6.631)	-
Juros sobre arrendamentos	-	-	-	(709.073)
Despesas bancárias	(609.761)	(209.643)	(609.761)	(269.481)
Despesas com IOF	(575)	(21.512)	(575)	(58.219)
Custos com empréstimos	(42.894)	-	(42.894)	-

VDB F3 Geração de Energia S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020

Capitalização	-	-	-	835.090
	(5.529.511)	(1.305.545)	(5.529.511)	(1.471.825)
Resultado financeiro	(71.060)	(1.174.821)	(71.060)	(1.174.821)

19 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no método do lucro real e suas controladas apuram pelo lucro presumido. No exercício de 2021, a controladora não apurou resultado positivo de IRPJ e CSLL, não havendo valores devidos, motivo pelo qual foi apresentado somente o número consolidado.

Em 2021, as despesas de imposto de renda e a contribuição social das companhias controladas, sobre as receitas financeiras e a receita de geração de energia, no montante de R\$ 3.468.774, foram computadas no ativo imobilizado, integrando o custo da fase de testes do paque eólico.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo antes do imposto	(969.694)	(2.560.841)	(936.312)	(2.560.841)
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	(329.696)	(870.686)	318.346	(870.686)
Resultados de controladas por equivalência	2.907	381.830	-	-
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	326.789	488.856	(351.728)	488.856
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	3.502.156	381.830
Imposto de renda e contribuição social capitalizados	-	-	(3.502.156)	-
Total da despesa de impostos das atividades continuadas	-	-	(33.382)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(33.382)	-
	-	-	(33.382)	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%	0,0%	3,6%	0,0%

20 Transações com partes relacionadas

20.1 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020

PASSIVO

EDF EN do Brasil Participações Ltda.	509	-	32.000.509	14.313.662
Total	509	-	32.000.509	14.313.662

Contrato entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda (“EDF EN Brasil”) referente ao repasse das despesas necessárias para a gestão e administração da usina solar As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos e indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento. Os valores em aberto referem-se às despesas de rateio da EDF EN Brasil cuja estimativa de liquidação é o exercício de 2022.

20.2 Empréstimos – partes relacionadas

ATIVO	Controladora	
	2021	2020
Parque Eólico Ventos da Bahia XIII S/A	19.637.417	18.524.000
Parque Eólico Ventos da Bahia XIV S/A	18.472.084	17.518.667
Parque Eólico Ventos da Bahia XXIII S/A	20.699.666	19.526.833
Parque Eólico Ventos da Bahia XXVII S/A	19.637.000	18.523.167
	78.446.167	74.092.667

Referem-se a capital de giro custeados pela Companhia às suas controladas. O empréstimo é atualizado por juros mensais de 1%.

Apresentamos abaixo a movimentação dos empréstimos concedido pela controladora às partes relacionadas:

	Ventos da Bahia XIII	Ventos da Bahia XIV	Ventos da Bahia XXIII	Ventos da Bahia XXVII	TOTAL
Saldo em 01/01/2020	-	-	-	-	-
(+) Aquisição principal	18.500.000	17.500.000	19.500.000	18.500.000	74.000.000
(+) Juros apropriados	24.000	18.667	26.833	23.167	92.667
Saldo em 31/12/2020	18.524.000	17.518.667	19.526.833	18.523.167	74.092.667
(+) Juros apropriados	1.113.417	1.053.417	1.172.833	1.113.833	4.453.500
(-) Amortização principal	-	(100.000)	-	-	(100.000)
Saldo em 31/12/2021	19.637.417	18.472.084	20.699.666	19.637.000	78.446.167

20.3 Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os exercícios de 2021 e 2020 a remuneração da administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora do grupo, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração em 2021 e 2020.

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo para ativos e passivos idênticos (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da

mensuração do valor justo.

- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo para ativos e passivos idênticos (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme categorias abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	15.663	21.100	8.267.982	92.636
Contas a receber	-	-	1.412.946	-
Contas a receber - partes relacionadas	78.446.167	74.092.667	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	71.238	2.188
Despesas antecipadas	1.759	598	1.759	598
Depósitos judiciais	-	-	3.031	3.031
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	130.162.774	728.800	163.620.449	66.844.758
Passivos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Contas a pagar	113.094	49.505	17.628.985	17.241.521
Contas a pagar - partes relacionadas	509	-	32.000.509	14.313.662
Adiantamentos de clientes	-	-	86.945	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	300.510.896	-
Debêntures a pagar	209.940.540	75.070.890	209.940.540	75.070.886
Arrendamentos mercantil	-	-	15.740.029	13.836.867

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- (i) Títulos e valores mobiliários - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5).
- (ii) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a receber - partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar - partes relacionadas, adiantamentos a fornecedores, despesas antecipadas, depósitos judiciais e adiantamentos de clientes - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- (iii) Empréstimos, financiamentos, debêntures a pagar e arrendamento mercantil - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	15.663	21.100	8.267.982	92.636
Títulos e valores mobiliários	130.162.774	728.800	163.620.449	66.844.758
Contas a receber	-	-	1.412.946	-
Contas a receber - partes relacionadas	78.446.167	74.092.667	-	-

A administração avaliou, segundo sua política de avaliação de perdas de crédito esperadas e, com base no CPC 48 (IFRS 9), conclui que o risco de crédito é remoto, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

b) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações nos preços de mercado, tais como taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia tem seu passivo substancialmente indexado pela TJLP e no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), motivo pelo qual apresentamos análise de sensibilidade da exposição no item (f) desta nota.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2022, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2022 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central em 31 de dezembro de 2021, cuja valor definido foi de 5,11% a.a. e com base na taxa TJLP publicada para o último trimestre de 2021, cuja valor definido foi de 5,32%, sendo estas definidas como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto).

Abaixo, o resultado:

Operação	2021	2020	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
				(Provável)	(Possível)	(Remoto)
Passivos financeiros						
Principal BNB						
PROINFRA	300.510.896	-	IPCA	23.848.142	27.184.401	30.645.901
Debêntures	209.940.540	75.070.886	CDI	25.193.185	31.001.063	36.798.556

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

A seguir, está o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros na data da demonstração financeira:

	Controladora			
	2021		2020	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	113.094	-	49.505	-
Contas a pagar - partes relacionadas	509	-	-	-
Debêntures a pagar	78.760.659	131.179.881	-	75.070.890
	78.874.262	131.179.881	59.505	75.120.395
	Consolidado			
	2021		2020	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	17.628.985	-	17.241.521	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	32.000.509	-	14.313.662
Empréstimos e financiamentos	-	300.510.896	-	-

VDB F3 Geração de Energia S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020

Debêntures a pagar	78.760.659	131.179.881	-	75.070.890
Arrendamentos mercantil	1.139.964	14.600.065	1.973.381	11.863.486
	97.529.608	478.291.351	19.214.902	101.248.038

d) Gestão de capital

A Companhia obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

e) Instrumentos derivativos

A companhia se utilizou de hedge de swap cambial para proteger a parcela de seu contrato de aquisição de turbinas indexada à moeda estrangeira. Nas operações com derivativos não existem liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento e contabilizado pela marcação a mercado (MTM) até sua liquidação.

22 Compromissos assumidos

(i) Contratos de venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos no ambiente de contratação livre com compromisso de entrega de energia a partir de 2022.

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

	Ventos da Bahia XIII		Ventos da Bahia XIV	
	2022-2023	2024-2043	2022-2023	2024-2043
Volume [MWh]	-	2.226.564	-	1.034.388
Preço [R\$/MWh]	-	94	-	94
Subtotal [R\$]	-	209.297.016	-	97.232.472
Total [R\$]	39.764.746	325.880.484	26.509.777	174.954.822

	Ventos da Bahia XXIII		Ventos da Bahia XVII	
	2022-2023	2024-2043	2022-2023	2024-2043
Volume [MWh]	-	1.963.584	-	1.963.584
Preço [R\$/MWh]	-	94	-	94
Subtotal [R\$]	-	184.576.896	-	184.576.896

Volume [MWh]	246.986	1.022.662	246.986	1.022.662
--------------	---------	-----------	---------	-----------

VDB F3 Geração de Energia S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020

Preço [R\$/MWh]	161	114	161	114
Subtotal [R\$]	39.764.746	116.583.468	39.764.746	116.583.468
Total [R\$]	39.764.746	301.160.364	39.764.746	301.160.364

(ii) Compromissos com fornecedores

A Companhia e suas controladas possuem contratos assinados para fornecimento de equipamentos para o ano de 2022, celebrados substancialmente em reais, cujos valores estão distribuídos da seguinte forma:

	<u>Ventos da Bahia XIII</u>	<u>Ventos da Bahia XIV</u>	<u>Ventos da Bahia XXIII</u>	<u>Ventos da Bahia XVII</u>	<u>Total</u>
GE Power Conversion Brasil Ltda.	29.823.757	21.411.157	39.965.204	42.979.403	134.179.521

23 Seguros

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 118.061.080,00 tendo como vigência o período de 30/06/2021 à 30/06/2022.

Coberturas

Empregador, empresa concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil cruzada, poluição súbita e acidental

Importâncias seguradas

R\$ 118.061.080

A Sociedade mantém apólices de seguro contratado junto à Swiss Re Corporate Solutions, seguradora definida por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco envolvido. A Sociedade possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Riscos de Engenharia

Em conformidade com as Condições Gerais, para o Seguro de Riscos de Engenharia e Cláusulas especiais e particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice, são passíveis de cobertura Danos Materiais e Lucro Cessantes, necessários à operação do Complexo Parque Eólico Ventos da Fase III, de energia eólica, com vigência no período de 28/04/2020 a 01/01/2024.

Coberturas

Lucro cessantes e danos materiais

Importâncias seguradas

R\$ 545.886.916

24 Eventos subsequentes

Em 20 de janeiro de 2022, conforme despacho 151/2022 ocorreu o início de operação comercial da última turbina do Parque Eólico Ventos da Bahia XIII S.A.

Em 26 de janeiro de 2022, conforme despacho 220/2022 ocorreu o início de operação comercial da última turbina do Parque Eólico Ventos da Bahia XVI S.A.